

IMAGINÁRIO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX

MARIA DO CARMO SERÉN

No conhecido conto de Eça *Civilização* entramos na intimidade da super-casa de Jacinto através do desvario da tecnologia. Um novíssimo fonógrafo desse homem moderno, irritantemente encravado, repetia até à loucura a crença no progresso pela voz do conselheiro Pinto Porto, *Quem não admirará o progresso deste século?*

Os mecanismos de Jacinto avariavam sempre e com terríveis efeitos, o elevador da cozinha que arruina um jantar importante, a torneira de água quente que torna incontrollável um jacto de água a 200 graus lembram ao leitor que o lado maléfico das tecnologias se mantém intocado.

Neste conto reúnem-se as esperanças, os medos e as características gerais que a industrialização e o consequente progresso técnico tinham desenvolvido no país, nomeadamente desde os anos quarenta do oitocentismo até ao final do século.

A Revolução dos Transportes e Comunicações, que se revelara mais democrática do que a do Industrialismo como opção económica e social, criara traços poderosos de habitação. Já em 1845, n' *O Industrial Portuense*, (30-11), se apelava para essa grande verdade: *Para que a Nação possa florescer pela indústria, é primeiro que tudo mister educá-la industrialmente, fazer que o espírito industrial se torne o seu carácter dominante*, (F. Tomás, *Educação Industrial*). Poucos anos depois, mas já iniciado o período da Regeneração, o entusiasta industrialista e professor Betâmio de Almeida não tinha dúvidas, escreve no *Jornal da A.I.P.*, em 1856, a propósito de zincografia, *O que porém, como estrangeiro na França, como português particularmente, eu não posso deixar de ponderar é a grande cautela que devemos passar a ter nos nossos países em aplicar «industrialmente» o que nos receitarem as publicações francesas — sejam elas do Instituto*. Estava-se já no tempo da exploração de patentes e Betâmio de Almeida verificava que produtos já patenteados não resultavam na prática; seria o industrial e capitalista a tentar inventar a sua eficácia, adaptando o invento à realidade. Mas não podendo, de modo algum, deixar de pagar a transferência de tecnologia pelo uso do artigo patentado.

Não era fácil ser industrial em Portugal e em qualquer país que se atrasara na industrialização. Artigos como estes, ou a defesa insistente do proteccionismo industrial, parecendo chamar a atenção para a indústria, afastavam dela as aplicações de capital.

Mas o caminho-de-ferro passara a fazer parte da paisagem, as pontes e viadutos que Eiffel iria construir, ao longo de dez anos, (de 1875 a 1885), serviam para deixar passar comboios ou jumentos carregados de sacos de farinha dos moinhos, mas utilizava-se com frequência a primeira como a terceira classe. Apesar da negação de Garrett, da fama, copiosamente divulgada de ser o combóio *um aparelho irracional e vicioso*, que não dava segurança aos passageiros, os caminhos de ferro tinham dado a glória e os votos a Fontes e

trabalho temporário a milhares de camponeses. Desde a década de setenta o *americano* e depois o *eléctrico* urbano difundiam-se pelos postais de colecção ou por uma literatura meio realista que, como a de Fialho, tentava lançar a ponte cidade-campo. O telégrafo, conhecido primeiro nas fases de guerra civil, mostrara-se como disponível para todos, ao mesmo tempo que cresciam os postos de correio pela província, muitas das vezes anexos às estações dos caminhos-de-ferro.

O telefone, o fonógrafo, a luz eléctrica, mesmo nos finais do século, eram de uso limitado. Havia mais telefones no Porto do que em Lisboa, — mas mais navios a vapor em Lisboa do que no Porto —, fonógrafos eram simples curiosidades; a luz eléctrica exigia dínamos como os que a Casa Biel representava. O próprio Biel, negociante e industrial de excepção, apenas colocou luz eléctrica na sua casa do Largo da Escola Normal e na sua firma de fotografia na Rua do Bolhão a partir de 1892. Diz-se que possuía o primeiro telefone no Porto, em 1881. Mas, ainda no final do século, a grande maioria da população usava candeeiros de azeite, — porque os de petróleo, dizia-se, estragavam a vista devido ao brilho do vidro que protegia a chama, em certas áreas urbanas, os candeeiros de gás e espalhava-se o uso de velas de estearina, muito mais baratas do que as de cera.

A extravagância da supercasa de Jacinto ficava a dever-se à acumulação de bens ainda raros e inusitados para o público em geral. Rara era ainda a utilização de boas madeiras, como a teca, na construção e acabamentos interiores das casas novas ou reformadas como a de Jacinto. O avanço da química tinha proporcionado belíssimas imitações de madeiras raras e era isso que se se divulgava.

A descrição dos jantares de Jacinto coincidia, em grande parte, com os novos hábitos da burguesia portuense, que assim se adaptava aos cerimoniais da nobreza que tendia a substituir. Este grupo social, que seguia as indicações do *Dicionário Universal* do Dr. Teixeira Bastos, sabia que *em mobília, qualquer despesa exagerada representa um capital morto, improdutivo, e que diminui necessariamente os recursos da família*, mas que era indispensável que uma refeição decente apresentasse um mínimo de 6 talheres na Primavera e Verão e 9 a 12 no Outono-Inverno, laboriosamente pronunciados em francês.

No campo das águas de mesa que espantara o amigo de Jacinto, a sociedade civil, mais propícia a seguir as novidades, conhecia de há muito todas essas variedades, desde as águas gasosas naturais, ligadas às luxuosas termas que frequentava, às artificiais, bebidas como refrigerante e conseguidas com a adição de água saturada com gás carbónico a limonada. O gelo, sempre presente nas casas mais ricas, quer para conservação, quer para produção de gelados, sobremesas frias e nas bebidas, já se fabricava no Porto, embora também se importasse da Noruega, vendendo-se ao quilo por 40 reis. Conservá-lo exigia um dispositivo tão difícil como arcaico: caixas forradas de serradura introduzidas num buraco feito na terra, com uma camada de areia, tapada com palha no fundo. A conservação de alimentos fazia-se, de resto, em arcas de madeira, pipos e cântaros, quer em sal ou água com sal ou salmoura.

Não sabemos o tipo de cozinha de Jacinto, mas como todos os seus pares, numa civilização que se habituara ao trabalho de escravos e de mulheres, devia ser a dependência menos industrializada e menos moderna da casa, pois os donos da casa não a frequentavam e desconheciam as necessidades dos que aí trabalhavam. Era um local vedado, onde se montavam as gaiolas que caçavam os

ratos, ao lado da cave onde se descarregava ou guardava o carvão, onde se acumulavam os despejos e se guardava a roupa suja, que tinha de ser mandada lavar todos os 15 dias.

Quando se começa a anunciar a *cozinha económica*, a meados dos anos 40, fogão cilíndrico de metal que encurtava de modo espectacular o tempo de cozedura e economizava o combustível, faz-se a apologia do seu uso e compra pelas classes trabalhadoras, as mais abastadas, evidentemente, pois os mais baratos custavam 2.400 reis, o mesmo preço que a pequena jóia que era o daguerreotipo.

Em contrapartida é nas casas da pequena burguesia e da classe média urbana, onde labuta a dona da casa, não tendo mais do que uma criada, que as inovações são experimentadas; não apenas a *cozinha económica*, mas toda uma bateria de esmalte granitado, com *filet* azul marinho ou mesmo de ferro coado. Para as casas da alta burguesia, com várias criadas dispostas a arear a louça, continuavam a vender-se os trens de cozinha em cobre, com pegas de madeira.

Não é apenas o conforto da tecnologia industrial que atrai os Jacintos da época, mas também, e de modo muito mais profundo, porque toca o seu corpo e a sua hereditariedade, o progresso dos cuidados a ter com a saúde e a higiene. Alarmados com as descobertas de Pasteur, os homens dos finais de oitocentos veem os micróbios entrar nas suas vidas e nas suas casas. Esporos e animáculos, eflúvios e emanações que causavam febres e sezões, que se tinham tornado muito nítidas e palpáveis no insalubre das colónias, já tinham jus na mentalidade, que obrigava a sociedade a velar pela limpeza da roupa, do corpo, pelo arejamento dos quartos, pela abolição do dossel das camas, impondo-se salutaros passeios pelo campo. Sabia-se que os insectos como as moscas transportavam *virus*; pouco a pouco as camas de madeira, que exigiam difíceis limpezas devido aos percevejos, eram substituídas por camas de metal onde estes não se podem alojar.

Tal como Jacinto com a sua mesa de vidro antisséptica, por não ceder na impermeabilidade aos micróbios, as mesas da sala-de-jantar e as de cozinha cobriam-se de oleado e a louça de cozinha de barro tende a substituir-se pela de ferro coado e de esmalte inglês. Mas as cozinhas estavam em geral equipadas com uma mesa de pedra ou de tampo de zinco, que se inclinava para que as águas escorressem para o cano que desaguava na tulha dos despejos, e, enquanto a água não se tornou corrente, assim se mantém. Insinua-se, sim, que se deve ter cuidado com a limpeza do bocal do tubo, que deve ser bem vedado por uma rolha, para que os micróbios e os miasmas não transitassem.

Os quartos de banho tinham-se deslocado dos fundos da casa, quando não do exterior, e ganhavam foros de sala. Era aí que se executavam os rituais de higiene que antes se distribuíam pelos quartos de dormir, nos tradicionais, mas cada vez maiores conjuntos de louça de bacia e jarro de água.

As novas habitações ou readaptações de antigas casas apalaçadas começaram a ser equipadas com sanitas de sifão, em louça pintada, muitas vezes fazendo conjunto com a bacia e o jarro do lavatório de ferro e, eventualmente com o bidé francês, também montado numa estrutura de ferro. Mas o recurso era, habitualmente, a montagem num quartinho com porta, de uma *latrina à inglesa*, com um reservatório com aparelho hidráulico e uma sanita com uma válvula de abrir e fechar na abertura inferior da latrina.

O quarto de banho ganhava também um odor específico de limpeza, onde o desinfectante universal, o ácido fénico, cobria o cheiro da loção da barba

líquida e do sabão de toilette que se misturava, também liquefeito, com marga, num boião aberto. O ácido fénico fazia parte da farmacopeia privada, servia para desinfetar a sanita, a seringa e o aparelho para o clister, mas também era usado para seringagens que respondiam a inúmeros incómodos do foro íntimo. Recatado também se torna o banho morno, para amainar a histeria das mulheres, a nefrite, insolações, grandes emoções, — ou exageros de masturbação —, reumatismo, e até o marasmo comatoso e mais ainda o banho de assento, ou semicúpio, que criava expectativas de cura de maleitas e infecções no baixo ventre, bexiga e intestinos. O banho frio, com instalação de *chuva artificial*, — o duche —, era aconselhável aos intelectuais, condutores da sociedade civil, que depois de trabalharem um máximo de 6 horas, preferentemente de manhã, tinham necessidade de refeições substanciais, mas era-lhes proibido beber e fumar, excepto leite, chá e café e de um banho frio diário.

Mais privado ainda por que aí se guardavam os medicamentos, quase universais mas perigosos para as crianças era o quarto de banho e de vestir; esta sociedade positiva curava muitas das suas doenças sem sair da mesa, com velhos xaropes e ponches e vinho quinado, ou fazia subir da cozinha para os quartos as cataplasmas quentes de linhaça ou mostarda, com mais frequência que os sinapismos das farmácias. Ou então os frascos com as sanguessugas. Mas na casa de banho ou nas gavetas proibidas dos quartos de dormir dos mais velhos guardavam-se as pastilhas de cocaína para combater a náusea ou curar uma rouquidão, os perigosos preparados de quina amarela que, em excesso, favoreciam a conhecida e constrangedora *embriaguês quinina*, mas que era um alívio para as dores e a desinteria, o éter para preparar a *poção cordeal* da pneumonia e que também acordava do marasmo e, finalmente, o ópio, puro ou em diversos preparados, como o láudamo, que era a verdadeira panaceia universal da época. Além de ser o único antídoto conhecido contra o excesso de quina, o ópio puro, se não excedesse 2 centigramas oferecia bem-estar e *liberdade de espírito*; cinco a dez centigramas aliviavam a dor, a partir daí depressão e entorpecimento e 20 centigramas envenenamento e convulsões. O láudano era muito usado contra as insónias e dores localizadas.

O pendor positivo da nova medicina salvaguardava cada vez mais a ciência e o exclusivismo dos especialistas. Sabia-se que as sangrias ainda se faziam, principalmente na província, onde era sinal de riqueza fazer uma sangria na Primavera e outra no Outono, para limpar o corpo; a ciência médica já não as aconselhava, mas a fazerem-se a pedido dos clientes, que fossem feitas por um médico. Também a homeopatia, que fizera moda nos finais do século XVIII, tentando curar a doença provocando-lhe os sintomas era condenada pela medicina, mas continuava a tentar os desesperados, nomeadamente aqueles que receando morrer envenenados tomavam doses crescentes de arsénico para o evitar. Ainda nos anos oitenta Fialho de Almeida dá testemunho desse hábito na alta roda, através dos seus contos. Camilo n' *A Corja*, refere o tratamento, aqui obviamente mais popular, que o Trigueiros fizera a si próprio, e que o seu amigo Mota compreendeu que ele se curava à brasileira, homeopaticamente: «as semelhantes com as semelhantes».

Os romances utilizavam muito deste conhecimento médico, que se populariza, nos seus enredos. As doenças das heroínas deixam de ser simples morbidez e as descrições seguem, com maior ou menor felicidade os sintomas e o agravamento de que *A Dama das Camélias* era padrão, morrendo obviamente de tuberculose, socorrendo-se o médico que a acompanhava de sucessivas e

pouco positivistas sangrias. Mas os conceitos científicos também invadiam a literatura e, naturalmente a conversação. O país depois de Fontes, estava, no còro jornalístico, *anestesiado*, um jornalista social do conto de Fialho, *A Província*, ficara conhecido como o *bacteriologista dos males sociais*.

O industrialismo percorria, com lentidão e cautela, a via habitual dos textos e da metalurgia e sofria af a crítica desencantada de muitos. *A indústria, que lá fora caminha a passos de gigante, tem entre nós, infelizmente, marchado com uma lentidão desconsoladora*; é o desabafo do redactor da revista de publicidade *Costa Braga e Filhos*, que, desde 1882, apresentava com fotografias da Casa Biel a sua colecção de chapéus, chamando atenção para os encomendados por cada um dos membros da família real. *No entanto, continua, força é dizê-lo, ela tem atingido nos últimos tempos um desenvolvimento relativo que, se fosse ajudado com o indispensável auxílio oficial, chegaria em breve a assumir a importância a que lhe é possível aspirar neste país; importância que o deixará, neste ramo da actividade humana, muito distanciado das nações essencialmente industriais, mas que poderá, ainda assim, dar-lhe entre elas um lugar honroso*.

Nem mesmo esta contenção que desvincula o êxito da indústria da prática privada era universalmente seguida. A negativa concepção sobre a nossa apetência industrial, que fará história, está muito clara no artigo assinado I.C. na nova revista *Arte Photographica*, de 1884: *Nós temos uma fatalidade única — a nossa indiferença por tudo o que é belo e útil. Vivemos no nosso cantinho do Ocidente, completamente alheios ao que vai pelo mundo; e só quando se lembram de nos explorar com anúncios e reclamamos mirabolantes, que nos enfiam pelos olhos dentro os estupendos resultados de uma tentativa qualquer é que nós acordamos e vamos então macaquear os felizardos da Terra. Porque não vemos senão o resultado prático, imediato, palpável e mais nada*, (Abril, 1884). A *Arte Photographica*, hoje uma revista de coleccionador, excepcional para a época, em todo o mundo, surgira para preparar um acontecimento inédito a nível internacional, a Exposição Fotográfica Internacional do Porto, no Palácio de Cristal.

A fotografia estava entre as vertentes industriais mais desenvolvidas no país, talvez porque permitia o trabalho amador que era essencialmente químico e a química oferecia uma atracção irresistível tanto em relação à *intelligentia* industrial, como ao uso dos seus resultados. Já n' *O Industrial Portuense* de 1845, que divulgava com desenhos e esquemas interpretativos as novas máquinas industriais, nomeadamente as de uso doméstico, se afirmava com fervor a *Revolução nas Artes e Indústria, melhorando e barateando os seus produtos, criando novas fontes de riqueza, e tornando acessíveis ao maior número aquelas comodidades que ainda há pouco eram a exclusiva partilha dos poucos abastados em bens de fortuna* — num claro ênfase ao discurso ricardiano, acrescenta —, *O espantoso emprego da força do vapor, e da Electricidade, o Daguerreotipo, a Electrotipia e muitas outras*. Em 1846 já se vendiam no Porto, na Rua do Rosário pára-raios de Frankllin, mas a tónica entusiastica é posta na daguerreotipia e na galvanoplastia.

Em 1846, o mesmo jornal dedica várias notícias às novas ligas que se conseguem pela galvanoplastia, o *argentum*, muito procurado, liga de cobre, níquel e zinco, utilizado para inúmeros objectos que imitam a prata, pelas fábricas de Sheffield, o *electrum*, liga superior ao *argentum*, que imita perfeitamente a prata, com còr branco azulado e que se embacia menos que a prata; com ela se fazem essencialmente serviços de chá e de mesa.

A química permitia também o desenvolvimento da aplicação da folha de Flandres, que surgia em modalidades de ondeado, para relógios, bandejas, candeeiros, caixas de tabaco, objectos de toucador, que se tornara vulgar e se popularizara imenso, sendo mais procurada a modalidade nova, de meados do século, estrelada ou imitando folhas de malmequer ou a modalidade granitada, mais sóbria.

As latas de cozinha e de dispensa, as caixas de tabaco, as inúmeras opções de tabuleiros, salvas e pratos, utilizadas na indústria e recuperadas no uso doméstico, ou compradas de novo, em folha de Flandres, pintada ou envernizada para evitar a humidade, dão um aspecto muito característico à utensilagem industrial e caseira a partir de meados do século XIX. Em todas as casas da burguesia, nas cómodas e nas mesinhas de centro e canto, quase sempre de *madeiras indignas a imitar madeiras exóticas*, pelo milagre da química, se distribuíam caixinhas de folha de Flandres que imitavam madre-pérola, acusando diversos fins; os caixilhos dos quadros que pendiam em longos fios de algodão, muitas das estatuetas ou os baixos relevos que decoravam as mesas de suporte de quincalharia, *os trastes* indispensáveis ao bom gosto, eram imitações de bronze ou talha dourada, feitas com pedra de cal, massa de papel e cola forte. Aqui e ali, mas com profusão, as flores de cera, de que viviam muitas senhoras do Porto, eram, já a meados do século, compostas e envernizadas com tintas industriais tidas por muito perigosas, porque venenosas.

A indústria de saboaria desenvolve-se no Porto e no norte com muito êxito; o articulista da *Revista Contemporânea de Portugal Brasil*, em 1861, tratando da reportagem sobre a Exposição Industrial do Porto, J. Pimentel, pode afirmar que *a saboaria portuguesa é da melhor do Mundo, mesmo em Marselha*. O comendador Valado, da Fábrica do Freixo, expôs estatuas monumentais em sabão raiado e translúcido, que, mesmo estando-se em Agosto, não derreteram com o calor que mal se suportava na Associação Comercial do Porto, Palácio da Bolsa. Havia sabonetes de todo o género, populares, embrulhados artisticamente ou com o feitiço de flores e frutos. Não há casa burguesa que não use o *sabão de toilette*, mas também se vulgariza o sabão amarelo para o soalho, com soda, o riscado, o côr de marfim.

O entusiasmo pela química, claramente impulsionado pelo Professor Bethâmio de Almeida, atingia outras indústrias como a construção de *terrados* em betume de Leiria, o fabrico de soda para a saboaria e ácido sulfúrico indispensável para a produção de vários outros produtos químicos e para a galvanoplastia e folha de Flandres, e, nomeadamente para a evolução dos adubos, que ainda enfermavam de muitos processos naturais. Tudo isto se passava um pouco em circuito fechado; apesar de se apresentarem, por vezes, como produtores industriais de artigos agrícolas, os mais conhecidos representantes das inúmeras exposições agrícolas que, no último quartel do século se repetem no Palácio de Cristal, são amadores, assinantes e colaboradores do *Jornal de Horticultura Prática*, que também afirmam que *a Química é o piloto da Agricultura*, Luís Mello Breyner, Visconde Villar Allen, Cristiano Vanzeller, Joaquim de Carvalho Melo e Faro, Alexandre Grant, La Rocque, C. Wrigt entre outros ingleses ligados ou não ao vinho do Porto, o conhecido encarregado da mata real de Valverde, Carlos Augusto de Sousa Pimentel.

Enquanto o público em geral comprava e utilizava insuspeitados milagres da técnica, desde a inúmera utensilagem em ferro coado ou ferro macio, substituindo a pesada mobília de varanda e jardim em madeira coberta de cortiça por

elegantes mesas e cadeiras de ferro, e conhecia com rigôr os inúmeros produtos químicos que permitem a limpeza de reposteiros de veludo ou de brocado e as casas que melhor tingiam a roupa e a classe média aprendia a fazer batatas *estonadas* nas cozinhas económicas e a utilizar os candeeiros de petróleo que faziam mal à vista mas davam luz mais brilhante, os intelectuais, que conheciam a essência das coisas, divulgavam expressões como *oxigenados de glória*, (Revista Contemporânea, P. e B., 1861), ou *o país está pôdre, não há galvanização* (O Monitor, 1888), que reflectiam o seu uso pelas elites.

Entretanto o público, que entrara no conhecimento do industrialismo pelos seus efeitos mais comuns, entrava com a mesma facilidade na sua crítica acérrima: desterrava para a dispensa as latas de folha de Flandres e para o sótão as caixinhas de toucador e tabaco *granitadas*, com botões desermanados, velhos cartões de visita com fotografias e frases incómodas, um ou outro programa do teatro lírico e punha definitivamente de lado o artificialismo das flores, na casa e no vestuário, procurando o natural e saudável do autêntico. Os guarda-chuvas com varas de metal, que tinham feito furôr, eram também postos de lado e vingavam as varas de baleia, de osso, de produtos verdadeiros. Mas a palavra higiene viera para ficar, mesmo que ela se traduzisse, quase sempre, por um sentido de exclusão dos pobres, pedintes e vagabundos, os que, afinal não usufruíam das vantagens privadas do acesso à limpeza e, portanto, à virtude.

COMENTÁRIO BIBLIOGRÁFICO

Segui uma metodologia de cruzamento de fontes diversas, dado que não conheço qualquer trabalho específico sobre o tema, apenas apontamentos.

Primeiramente escolhi indicadores que me pareceram apropriados, em função do prévio conhecimento da vida quotidiana do Porto, nomeadamente na segunda metade do século XIX, de que há uma vasta literatura descritiva em fontes da época.

Pareceu-me importante apontar os seguintes indicadores: a representação que a sociedade civil — políticos, escritores, jornalistas, nomeadamente — se faziam do industrialismo e da crença do progresso; a adopção de camadas significativas da população de objectos utilitários representativos das novas técnicas industriais; a difusão — aparente — da fé no progresso através da mudança de hábitos que dissessem respeito à melhoria das condições de vida e de saúde; a apropriação desses objectos e dessas teorias pela camada possidente da população num sentido estatutário, que surge como o mais vulgar modo de disseminação, em camadas mais vastas da burguesia e classe média desses objectos materiais que veiculam simbólica social.

O conto de Eça de Queiroz, *Civilização* surgia como uma síntese representativa de todos estes aspectos: aí se encontra a tecnologia num exagero que

fala da sua incipiente implantação; a fase descendente, por saturação de Jacinto, da fé no progresso prometaico, mas uma clara aceitação da nova limpeza e do também novo horror às doenças transmitidas invisivelmente, através de objectos antissépticos e, no impacto que causa no narrador, a apropriação de todo esse conforto e modernismo técnico como representativo de classe.

O Industrial Portuense, de 1845-46, correspondendo ao ardor industrial do Cabralismo, que pretendia a introdução do caminho de ferro, em vésperas da Patuleia, mostra-nos como a sociedade civil, letrada, comercial, financeira e, eventualmente industrial, via e transmitia a *Revolução Industrial*: longos artigos sobre *A Educação Industrial*, sobre as vantagens — e desvantagens — dos caminhos de ferro, além da publicidade ou propaganda entusiástica de objectos industriais avulsos; *A Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, dos primeiros anos da década, já em pleno fontismo, permite perspectivar a evolução, nomeadamente os números que narram minuciosamente a Exposição Industrial de 1861, no Porto — uma euforia que fala da agitação económica do Porto, mas ainda em termos muito literários, caso das descrições de J. Pimentel *E pur si muove*, onde os comentários sobre o valor do industrialismo são tão importantes como as descrições dos artigos industriais — e a imensa quantidade de artigos não industriais — expostos. Importante é jogar com as rubricas do mesmo autor *Palestras Científicas*, que reflectem o ideário da época; nos números de 1863 ressalta a importância da descrição da Exposição Industrial Inglesa, em Londres, de 1862.

Sabendo da multiplicidade de informações de *O Jornal da Horticultura Prática*, onde se recolhem dados sobre hábitos, utensílios, crenças, doenças de plantas e animais e seus tratamentos, mais próximos das convicções tradicionais do que a literatura médica, acompanhou-se uma época fundamental deste jornal — o da criação de jardins públicos — 1876-1877, sendo que neste último ano se realiza no Palácio a Exposição Horticula Internacional.

Os números dos primeiros anos do *Jornal da A.I.P.* dão o tom da ideologia do progresso do homem, mais do que o da produção, o que, vindo de uma instituição como esta é bastante revelador; trata-se da escola, da difusão da educação de artífices mais do que operários, do estudo comercial e de línguas, de desenho gráfico, reflexo de uma cidade oficinal e com predomínio do comércio. Mas a leitura das lições e do programa de Bethâmio de Almeida elucida sobre o rigor e a cientificidade a que chegaram então alguns dos representantes dessa sociedade civil do Porto.

Para o final do século utilizei referências de *O Monitor de Matosinhos*, desde 1887, e uma publicidade muito avançada efectuada pela Chapelaria a Vapôr Costa Braga, do Porto, através da sua publicação *A Moda*, 1882, que comparei com outras revistas de moda mais convencionais, como *Moda d'hoje*, 1897.

Para o segundo tipo de informações, que respeitam à relação da vida prática com as teorias subjacentes (as representações), utilizei o *Diccionario Universal da Vida Prática, Na Cidade e no Campo, adaptado à Sociedade Potuguesa por Teixeira Bastos* (2 volumes, Porto, Magalhães e Moniz, 1889). Um número imenso de entradas não facultam apenas as modas de mobiliário, roupa, louça, e outros artigos, como facultam as leis vigentes, as disposições camarárias, as velhas e novas crenças médicas, enfim o apetrechamento material e mental das várias camadas da sociedade e dos seus mentores.

Outras informações recolhi-as de anúncios de jornais vários, e da literatura, caso de Eça, Cesário Verde, Camilo, António Nobre e nos contos de Fialho de Almeida.